

Uma negociação difícil

A semana que se inicia será decisiva para as negociações em torno do novo projeto de Constituição. Terminado o prazo para a apresentação de emendas, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, dispõe de mais oito dias para apresentar um substitutivo que represente a tendência média dos constituintes. Os diversos grupos que se formaram, para discutir o projeto, terminaram o trabalho neste final de semana com um saldo positivo: a rigor, só não foi possível o entendimento sobre o sistema de governo, se presidencialista ou parlamentarista, e a reforma agrária.

Mesmo com relação à reforma agrária, no entanto, ainda se acredita na possibilidade de um acordo que evite a disputa acirrada no plenário e na Comissão de Sistematização. Mais difícil será conciliar a posição de parlamentaristas e presidencialistas na discussão sobre o sistema de governo. Os parlamentaristas chegaram a ensaiar uma ofensiva na quinta-feira, nomeando uma comissão — integrada pelos senadores Afonso Arinos e José Richa, e pelo deputado Cid Carvalho — para negociar com os presidencialistas, em nome de todo o grupo. Mas a resposta da liderança do Governo, no dia seguinte, seria a apresen-

tação de emenda claramente presidencialista. De concessão ao parlamentarismo, apenas o voto de censura ao Ministério, que o Congresso poderia aprovar por maioria absoluta de votos.

Na verdade, o Governo quis fixar suas reservas à sua posição. O presidente Sarney tem dito e reafirmado, a políticos que vão procurá-lo, que o regime parlamentarista só pode ser implantado com sucesso em países que já tenham uma burocracia estável e partidos consolidados. Adotar este regime agora, no Brasil, seria, na visão do Presidente, investir numa crise administrativa e política que poderia comprometer a própria transição democrática. Com base nesse raciocínio, o Governo — através de seu líder na Câmara, Carlos Sant'Anna — estabeleceu os limites de uma possível negociação com os parlamentaristas: qualquer que seja a fórmula do entendimento, ela deverá assegurar ao presidente da República as funções de chefe do Estado e do Governo.

São funções que caracterizam, nitidamente, o sistema presidencialista de governo. Depois de garantir o apoio da maioria da Constituinte ao mandato de cinco anos, o presidente Sarney parece determinado a executar agora a segunda fase da sua estratégia

política, que consiste em preservar, integralmente, os poderes que lhe confere o texto constitucional. Sabe Sarney que a conjuntura não recomenda o adiamento por mais um ano, até 1990, das eleições diretas para presidente da República. Porém, durante os cinco anos que permanecer no cargo, ele quer exercê-lo plenamente.

Sonham os parlamentaristas com um entendimento que presuponha a implantação gradual do novo sistema de governo. Preservam-se assim os poderes do presidente Sarney, enquanto ele estiver no exercício do cargo, e criam-se as condições para uma mudança sem traumas do presidencialismo para o parlamentarismo. No entanto, o Governo e o presidente da República não se mostram muito dispostos a transigir na sua posição presidencialista. Muito mais difícil, para o Governo, terá sido convencer a maioria dos constituintes de que o mandato presidencial deveria ter cinco, e não os quatro anos prometidos por Tancredo Neves. No caso em questão, quando insiste em manter o presidencialismo, o presidente Sarney tem o respaldo da opinião pública, que em pesquisas recentes revela sua preferência por este sistema de gover-